



OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO MILITARIZADAS DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE GOIÁS

Paula Cristina Pereira Guimarães¹

RESUMO: A escola pública no Brasil passou por diversas transformações nos últimos trinta anos, acompanhando tanto o processo de universalização da Educação Básica, proposto por diversos fóruns internacionais (Conferência Mundial Educação Para Todos, por exemplo), quanto pela Reforma Gerencial, instituída no país a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Neste período a escola pública brasileira se expandiu sem um correspondente investimento, num processo de “expansão para menos” que culminou com o diagnóstico dos setores dominantes de que o país vivia um “apagão educacional”. A resposta a estas questões, em diversos estados brasileiros tem sido a emergência de novos modelos de gestão militarizada das escolas públicas. Este trabalho propõe uma pesquisa acerca deste processo, que transfere para a Polícia Militar de Goiás uma parte das escolas do ensino básico, através de uma parceria entre as Secretarias Estaduais de Educação e de Segurança Pública. O objetivo da pesquisa é analisar a emergência de novos modelos de gestão das escolas de educação básica, a partir da inserção das polícias militares nas escolas públicas. A pesquisa deverá ainda identificar como esse movimento vem modificando a estrutura dessas escolas baseando-se na conjugação de consenso e coerção, tendo em vista a necessidade de assegurar, por um lado, a hegemonia do conjunto da sociedade em relação à emergência dos novos modelos de gestão e, por outro lado, conformar corpos e mentes dos discentes às estratégias de disciplina e hierarquia de uma instituição militarizada. Compreender as alterações nos projetos políticos pedagógicos das escolas que passam sua gestão para os Modelos de Gestão Militarizada. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisa de tipo levantamento. Para coleta de dados, foi utilizada revisão de literatura de análise de fontes bibliográficas primárias e secundárias, além de entrevistas com diretores e membros da equipe pedagógica que vem dirigindo a política de inserção. Espera-se com

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ.



esta pesquisa contribuir com um conjunto de pesquisas, desenvolvidas a partir do Laboratório de Investigação em Estado Poder e Educação (LIEPE), acerca das

mudanças das gestões das escolas públicas a partir da reforma gerencial do Estado brasileiro.

Palavras Chave: Reforma Gerencial do Estado – Novos Modelos de Gestão Escolar – Polícia Militar de Goiás – Escola Pública

INTRODUÇÃO

O movimento de entradas das polícias militares nas redes públicas de ensino vem ocorrendo no país em diferentes estados. Este processo tem assumido formas distintas dependendo do estado da federação, tendo a polícia protagonizado papéis diversos no interior das escolas públicas. O Estado de Goiás tem implementado uma das mais importantes reformas no campo educacional de que se tem notícia, em que a Polícia Militar foi autorizada a assumir a gestão e administração de um crescente número de escolas públicas do Estado, através do Batalhão Escolar. As escolas selecionadas estão localizadas no chamado Entorno de Brasília – Águas Lindas, Valparaíso, Novo Gama, Luziânia, Cidade Ocidental e outras, onde a criminalidade e o aumento da violência estão associados ao acelerado crescimento sem a devida chegada de serviços públicos essenciais como saneamento básico, saúde, transporte, pavimentação etc. De acordo com relatório divulgado pela Organização da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) aponta as cidades com as maiores taxas médias de homicídios e de óbitos por armas de fogo entre 2010 e 2012. As cidades são Valparaíso de Goiás, que aparece na 30ª posição, seguida por Luziânia, na 34ª posição, e Águas Lindas de Goiás, na 84ª colocação, todas localizadas no Entorno do Distrito Federal. (<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/05/goias-tem-4-cidades-em-relatorio-das-maiores-taxas-de-mortes-por-armas.html>).

Entre os principais desdobramentos a Reforma Gerencial no interior das escolas tem sido a intensificação da precarização do trabalho docente, a instituição de processos de terceirização, instituição de metas e avaliações externas, além da realização de parcerias entre as escolas e outras instituições, materializadas pelas parcerias público-privado e inserção das forças de segurança nas escolas. A reforma educacional do estado brasileiro se deu nas duas gestões do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 e 1999 a 2002) onde ocorreu a ampliação da escola mediante maior oferta de vagas escolares e maior difusão da rede no que tange ao ensino básico aumentando o acesso à classe trabalhadora. Contudo essa democratização possui como um dos seus

desdobramentos a temática da violência aqui apresentada como um fenômeno social, e que passa a ser discutida em fóruns internacionais, na medida em que atinge o ambiente escolar e modifica a relação entre a escola, sociedade civil e Estado.

O presente artigo propõe uma investigação sobre a recente inserção das instituições de segurança do Estado brasileiro na gestão das administrações públicas de ensino nos sistemas estaduais de educação. Com o pressuposto de diminuir a violência e melhorar o desempenho dos alunos num ambiente seguro tanto os alunos quanto para professores e funcionários, o governo de Goiás a partir de uma parceria entre as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e de Educação firmam convênio para que dezenove escolas públicas sejam repassadas à Polícia Militar. Cabe destacar que as escolas selecionadas estão localizadas em sua maioria na periferia, com altos índices de homicídios e com baixos índices de aproveitamento no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). É nessa conjuntura que o presente trabalho se debruça no sentido de analisar esse novo modelo de gestão implementado pelo governo do estado em sua política de terceirização da educação, abordando os aspectos econômicos e sociais que atingem diretamente os jovens da periferia em situação de vulnerabilidade social.

O objetivo geral é identificar as determinações da inserção da Polícia Militar do Estado de Goiás na gestão das escolas públicas da rede estadual de educação. A pesquisa tem ainda como objetivos específicos: Identificar os interesses da Polícia Militar na inserção dos policiais militares nos sistemas públicos de ensino no Brasil; Compreender as alterações nos projetos políticos pedagógicos das escolas que passam sua gestão para os Modelos de Gestão Militarizada; Avaliar se o modelo militarizado de gestão escolar se desdobra na intensificação da precariedade do trabalho docente.

Trata-se de uma pesquisa básica, de análise de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisa de tipo levantamento. Para coleta de dados, utilizar-se-á de revisão de literatura de análise de fontes bibliográficas primárias e secundárias, além de entrevistas com diretores e membros da equipe pedagógica que vem dirigindo a política de inserção. Os sujeitos da pesquisa são: Coordenadores da Secretaria Estadual de Ensino de Goiás; Comando Militar responsável pelo Novo Modelo Militar de Gestão Escolar; Diretores das escolas públicas estaduais que adotaram o Modelo Militar de Gestão Escolar; Diretores do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do estado de Goiás. As fontes e instrumentos de coleta que serão utilizados na pesquisa incluem: Legislação educacional do estado de Goiás que permitiram a inserção do Modelo de Gestão Militarizada nas escolas da rede estadual; Análise dos documentos

relativos ao Novo Modelo de Gestão Escolar Militarizada; Entrevista com os gestores da Secretaria Estadual de Ensino de Goiás; Entrevista com os diretores das escolas que passaram ao novo Modelo de Gestão Militarizada; Entrevista com os diretores do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do estado de Goiás; Análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas que passaram ao novo Modelo de Gestão Escolar Militarizada.

1. A crise estrutural do Capital

Na atual conjuntura torna-se imprescindível para a compreensão das reformas dos Estados nacionais e da administração pública considerar o contexto socioeconômico formado a partir da “crise estrutural do capital” (MÉSZAROS, 2009:24) e o consequente movimento de recomposição burguesa que impulsionou a reorganização da mediação dos conflitos de classe. A crise é estrutural na medida em que se torna possível identificar um desequilíbrio sistêmico em diversas dimensões da vida social e que não se limita somente ao setor econômico. Nesse sentido podemos identificar diversas crises, que quando somadas segundo a conceituação de István Mészáros assume - *a forma de uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente* (MÉSZAROS, 2009:18).

Essas diversas crises que afetam o espectro vital da vida humana e social, que em escala global se desdobra em uma crise ambiental, energética, ideológica, política, moral, cultural, econômica, e etc. e assim marca o fim dos ciclos que o capital vinha passando desde então. Esses ciclos eram marcados por períodos de expansão e crise, ou seja, momentos de acumulação e perda, isso ocorreu até o final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970. Ricardo Antunes, 2009 explica na introdução do livro *A crise estrutural do capital*, como István Mészáros identifica essa nova fase do capital:

Mészáros indicava que o sistema de capital (e, em particular do capitalismo), depois de vivenciar a era dos ciclos, adentrava em uma nova fase, inédita, de crise estrutural, marcada por um continuum depressivo que faria aquela fase cíclica anterior virar história. Embora pudesse haver alternância em seu epicentro, a crise se mostra longa e duradoura. (ANTUNES, 2009:10)

A crise estrutural do capital foi definida por (MÉSZAROS, 2009) como o processo de ruptura nos marcos do sistema capitalista com o modelo de reprodução denominado como fordismo, a partir da década de 1970, quando as taxas de lucratividade decresceram por longos anos e pôs fim ao “ciclo de ouro do capitalismo”

(HOBSBAWN, 1995:253). Desde então, a burguesia, classe dominante no sistema capitalista, vem em um movimento de recomposição do modelo de acumulação perdido. É neste contexto que surgiram os novos modelos de gestão do trabalho para substituir o modelo pautado no fordismo/keynesianismo.

Nesse sentido o conceito gramisciniano de *bloco histórico*² nos ajuda a compreender a dimensão da crise estrutural do capital na medida em que expõe a falência do bloco histórico formado desde os anos 1930 -1970 que é modelo fordista/keynesianista e suas relações sociais de produção. Esse bloco representa a totalidade de um dado momento histórico. Essa totalidade é formada por duas instâncias. A primeira instância é a da *infraestrutura/estrutura*, ou seja, são as relações de produção do bloco histórico, no caso o fordismo, que é o modelo de organização das relações de produção, a segunda parte Gramsci chama de instância *superestrutural* do bloco, esta possui duas dimensões que é *sociedade política* somada a *sociedade civil*. Para Gramsci o bloco histórico é formado pela junção da estrutura e a superestrutura dessa junção resulta o conceito de Estado Ampliado. A esse respeito Gramsci discorre:

Estruturas e superestruturas. A estrutura e as superestruturas formam o "bloco histórico", isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo das relações sociais de produção. Disto discorre: só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a subversão da práxis. (Gramsci, 2011:187-188)

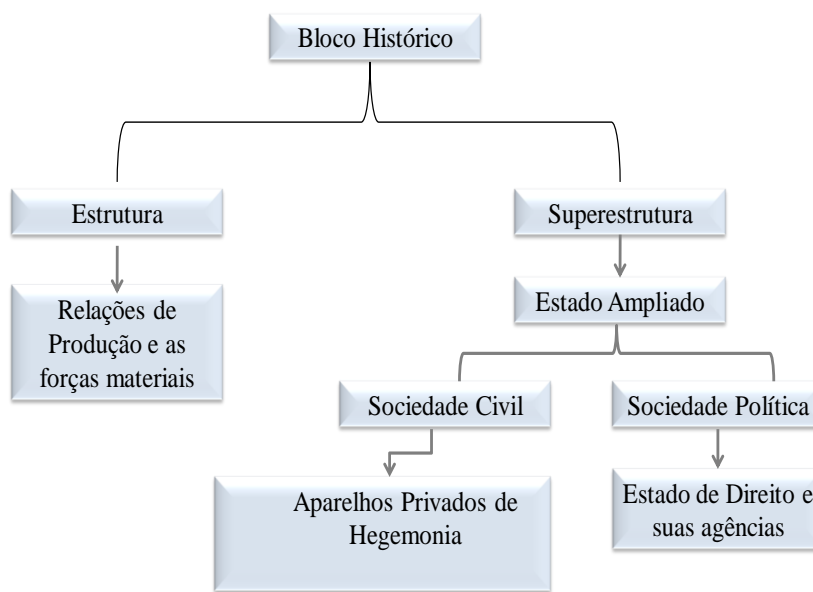
Para Gramsci as duas dimensões não estão dissociadas, ao contrário as duas se desenvolvem e se inter-relacionam num movimento dinâmico, contínuo e recíproco. Gramsci diz que nos estados tipo oriental essa superestrutura possui uma única dimensão que é dimensão da *sociedade política*, é formada pelos entes do Estado, como por exemplo, a polícia, o exército, o poder judiciário, os ministérios e etc., já a *sociedade civil* é formada pelas organizações sociais, sindicatos, igreja, alinhadas aos interesses hegemônicos (burgueses) e que está inserido o modelo de Estado de Bem Estar Social mais conhecido como Welfare State³. Quando nos referimos a dimensão da

² É uma totalidade que caracteriza uma fase do desenvolvimento econômico, social e político do capitalismo.

³ O conceito de Welfare State ou Estado de Bem Estar Social é baseado em uma ideia de que o homem possui direitos indissociáveis a sua existência enquanto cidadão, estes direitos são direitos sociais. De acordo com esta concepção, todo o indivíduo tem o direito, desde seu nascimento, a um conjunto de

infraestrutura não estamos nos referindo a algo relativo à parte de física de um prédio ou de uma fábrica, e sim no espectro das relações sociais de produção que atravessam todo bloco histórico aqui estudado.(Figura 1.)

Quadro Conceitual do Bloco Histórico em Gramsc



Nessa conjuntura é que o lócus desse capítulo introdutório é a crise estrutural do bloco histórico que foi erigido pelo fordismo pós Primeira Guerra Mundial e que teve seu início em meados de 1920 e se estendeu até meados da década de 1970. Gramsc a partir de uma perspectiva mais ampla associou o novo modelo de produção fordista ao modo de vida americano e suas concepções denominando-o de *americanismo*. Para entendermos o modelo de produção construído por Henry Ford é imprescindível retomarmos as origens que culminaram na padronização do trabalho.

2. Fundamentos históricos da emergência de novos modelos de gestão da administração pública no Brasil

Com intuito de explicitar os fundamentos políticos e ideológicos que determinaram o modo como a Reforma Neoliberal foi sendo construída no estado

bens e serviços que devem lhe serem oferecidos e garantidos de forma direta através do ESTADO, ou indiretamente, desde que o Estado exerça seu papel de regulamentar isso dentro da própria sociedade civil.

brasileiro, a partir da década de 1990, e que resultou numa série de outras reformas tendo como uma das mais significativas a Reforma da Educação. A Reforma educacional do Estado brasileiro nada mais foi do que o cumprimento de uma agenda internacional “recomendada” por países desenvolvidos, e consistia no cumprimento de uma série de exigências em que países em desenvolvimento teriam que executar uma reestruturação política e econômica para se alinharem ao capital globalizado. O Estado se tornou pesado e ineficiente, essa ideia foi amplamente difundida e serviu como prerrogativa para a implementação das reformas.

Através do Plano Diretor da Reforma do Estado brasileiro (1995), foram traçadas estratégias para delimitar a abrangência da ação estatal, distinguindo aquelas atividades que era realmente responsabilidade do Estado e transferindo para outras esferas da sociedade, competências, a princípio com atividades sociais e culturais, que deveriam ser delegadas à organizações “públicas não estatais” que receberiam a denominação de Organizações Sociais. Quanto à atuação do Estado (Bresser-Pereira, 1998)

(a) as delimitações das funções do Estado reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e publicização (este último processo implicando a transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o estado presta).[...]” (BRESSER-PEREIRA, 1998, pág. 61)

A proposta apresentada por Bresser Pereira foi pautada na administração por resultados, ou seja, trouxe a metodologia de funcionamento das empresas privadas para a burocracia estatal, com a justificativa de tornar o Estado mais eficiente no que tange à prestação de serviços de monopólio do Estado, como por exemplo, saúde, educação e segurança, com a desculpa de que o Estado não conseguia ofertar serviços de qualidade.

Nesse sentido a escola pública no Brasil passou por diversas transformações nos últimos trinta anos, acompanhando tanto o processo de universalização da Educação Básica, proposto por diversos fóruns internacionais (Conferência Mundial Educação Para Todos, por exemplo), quanto pela Reforma Gerencial, instituída no país a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A escola pública no Brasil se expandiu enormemente entre as décadas de 1980 e 2000, destacadamente a partir da década de 1990. Este crescimento não foi acompanhado pelo aumento dos valores do financiamento da educação pública. Em todo este período o financiamento da educação pública brasileira nunca ultrapassou os

3% do produto Interno Bruto (PIB). Este crescimento das escolas brasileiras, tanto em termos do número de matrículas, quanto em suas responsabilidades, sem um respectivo aumento do financiamento. Segundo (ALGEBAILLE, 2009) a função da escola foi ressignificada, a partir do processo de reformas iniciado na década de 1990. A educação escolarizada passou a ser a principal responsável pela redução das desigualdades sociais e combate à pobreza.

A partir da conjuntura de ampliação da oferta de vagas na educação básica com o objetivo de diminuir os índices de evasão escolar e analfabetismo, as políticas educacionais passaram a estar fortemente marcadas pelo assistencialismo, incorporadas no cotidiano escolar por meio de um conjunto de responsabilidades e funcionalidades que não são típicos da escola como o desenvolvimento de hábitos primários de alimentação, higiene pessoal e etc. (ALGEBAILLE, 2009) enfatiza que essa ampliação não foi construída numa visão de uma educação de qualidade, mas como um fator minimizador das tensões sociais com o objetivo de atenuar a pobreza. Neste contexto, o próprio conceito de qualidade passou a ser ressignificado. Foi neste contexto que frações da classe dominante, organizados no movimento Todos Pela Educação, passaram a anunciar o “apagão educacional” no país.

A tese do “apagão educacional” foi utilizada, segundo (SANTOS, 2012:7), como justificativa para o “sequestro” da escola pública. A tese de que a escola pública projetada na transição do regime ditatorial para a democracia havia fracassado, tornou-se a principal justificativa para a emergência de novos modelos de gestão do trabalho escolar inseridos nos sistemas estaduais e municipais de ensino. De acordo com entusiastas dos novos modelos de gestão do trabalho escolar, estes deveriam proporcionar a diminuição da violência, indisciplina, evasão e a repetência. É neste contexto que se verifica a difusão do novo modelo de gestão militarizada das escolas públicas, presente em diferentes sistemas estaduais de ensino no país, e que teve no sistema público de ensino do estado de Goiás sua experiência mais avançada.

3. O Novo modelo de gestão militarizada da escola pública no estado de Goiás

Com o pressuposto de diminuir a violência e melhorar o desempenho dos alunos num ambiente seguro tanto para os alunos quanto para professores e funcionários, o governo de Goiás a partir de uma parceria entre as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e de Educação firmam convênio para que escolas públicas sejam repassadas à Polícia Militar. Cabe destacar que as escolas selecionadas estão localizadas em sua

maioria na periferia, com altos índices de homicídios e com baixos índices de aproveitamento no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). É nessa conjuntura que a presente pesquisa se debruça no sentido de investigar esse novo modelo de gestão implementado pelo governo do estado em sua política de terceirização da educação, abordando os aspectos econômicos e sociais que atingem diretamente os jovens da periferia em situação de vulnerabilidade social. Em 2001 foi criado o CPMG (Colégio da Polícia Militar de Goiás) o antigo Colégio Estadual Hugo de Carvalho Ramos com a Lei Estadual nº14.050 (Goiás, 2001a), através da Lei de iniciativa do Executivo, aprovada pela Assembléia Legislativa em caráter de urgência, transformou escolas estaduais em instituições de ensino geridas pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). Entre os motivos apresentados oficialmente estão a violência escolar e o baixo rendimento escolar dos alunos, compreendendo que o segundo problema está diretamente relacionado ao primeiro. Neste sentido, a solução apresentado entusiasticamente tem sido o Modelo Militarizado de Gestão Escolar.

É importante ressaltar que nos últimos anos esse processo têm se intensificado, e até 2007, foram criados no Estado seis colégios, o Polivalente Modelo Vasco dos Reis e o Hugo de Carvalho Ramos; dois na cidade de Anápolis, o Ayrton Senna e os CPMG de Anápolis; o CPMG de Rio Verde; e o CPMG de Itumbiara (Goiás, 2007). A partir de 2013, o Estado de Goiás acelerou o processo de transferência das escolas públicas para a PM. A Assembléia Legislativa aprovou a lei estadual 18.342 (Goiás, 2013) e criou mais seis colégios. Em julho do ano seguinte, foi aprovada a lei 18.556 de 25 de junho de 2014, alcançando a marca de vinte e sete colégios. Com a lei 18.967 de 22 de julho de 2015, foram transformadas mais doze escolas no mês de julho de 2015. A lei 19.122, de 27 de novembro de 2015, muda a administração de mais duas e, em maio de 2016, de mais duas e de acordo com (Goiás, 2001a), em julho de 2016, chegou ao número de quarenta e sete CPMG no Estado, através da lei 19.066, de 30 de setembro de 2015, o governo continua as transferências com mais cinco escolas⁴. A repercussão foi grande devido ao aumento do número de escolas que foram militarizadas chamando a atenção da mídia nacional por meio inúmeras reportagens sobre as escolas, colocando a questão da violência como pano de fundo e mostrando a melhora significativa do desempenho dos alunos nos exames nacionais demonstrando claramente que os aparelhos privados

⁴Dados extraídos no site da Câmara Legislativa do Estado de Goiás que versam sobre a criação dos CPMG .http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2001/lei_14050.htm. Acessado em: Janeiro de 2017.

de hegemonia estão altamente comprometidos com o projeto político hegemônico do Estado; na difusão e na criação de um consenso.

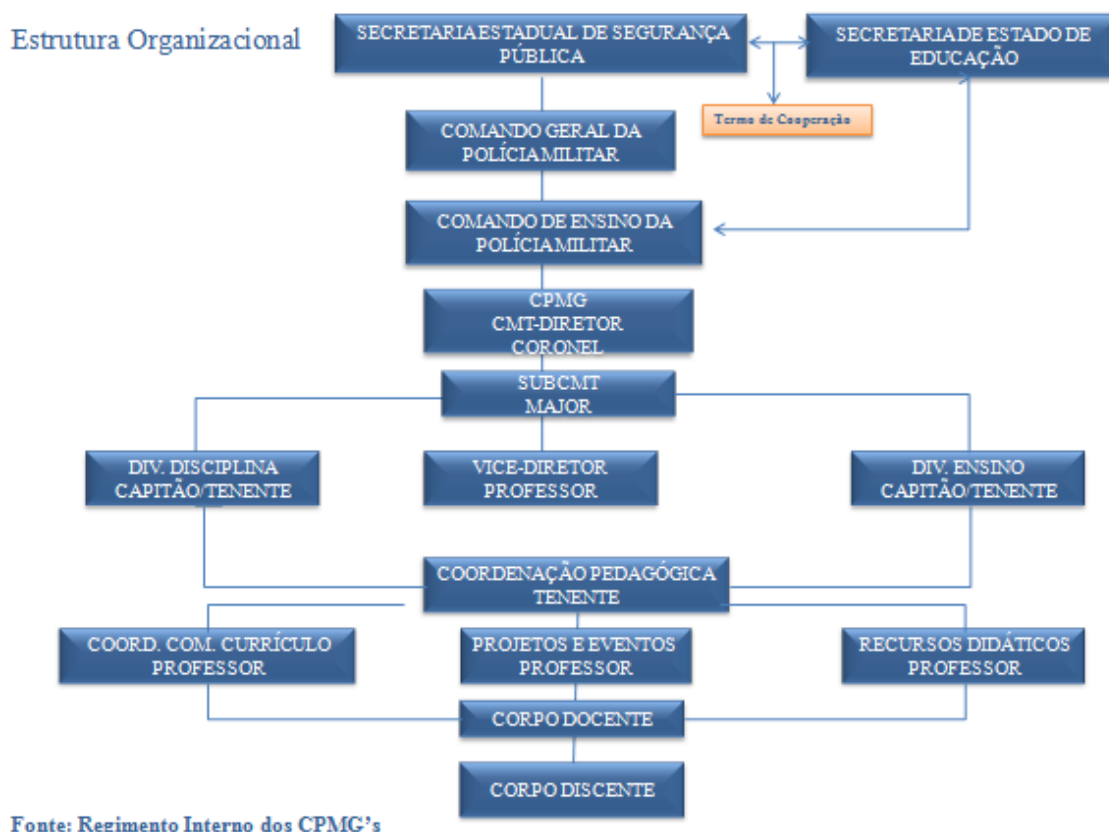
Esse novo Modelo Militarizado de Gestão Escolar vêm se apresentando como a solução para a problemática da violência escolar e por conta disso vêm seduzindo parte da sociedade civil, as propostas oficiais de melhora substancial do rendimento de seus alunos através da diminuição do número de reprovações e da introdução da disciplina militar com princípios norteados pela hierarquia e disciplina chamam a atenção de uma parte da população, que anseia por uma educação de qualidade e que seus filhos (as) estejam seguros (as) na escola. É importante destacar que a emergência dos novos Modelos Militarizados de Gestão Escolar tem encontrado resistências. Em nota publicada pelo FEE-GO (Fórum Estadual de Educação de Goiás) manifesta posição contrária ao projeto de Lei que regulamenta a militarização de parte das escolas ressaltando que é competência do governo de Goiás garantir uma escola pública de qualidade e não transferir essa competência para a Polícia Militar cuja missão constitucional difere enormemente do projeto de educação do MEC. (<https://feego.fe.ufg.br/n/82211-3-nota-publica-do-forum-estadual-de-educacao-de-goias>).

Nesse sentido se torna necessário diferenciar os CPMG dos CM (Colégio Militar) colégios militares “tradicionalis”⁵, principalmente no que tange à formação, pois estes últimos direcionam a formação de seus alunos para o preenchimento das fileiras das instituições militares em todo o território brasileiro (oficiais e praças), já que são gestados pelas forças militares que compõem esfera federal (marinha, exército e aeronáutica); o que diverge contundentemente dos colégios que foram militarizados, que apesar de possuírem algumas similaridades, pelo fato da estrutura ser militarizada/hierarquizada, não possuem como finalidade a formação dos alunos para as carreiras militares e muito menos para serem policiais.

Apesar de que em seu discurso o Governo de Goiás apresentar intenções de promover a formação pautada na gestão democrática das escolas, a contradição se dá na forma de estruturar o sistema que rege essas escolas. De acordo com o Regimento

⁵Criados ao longo do século XIX, o primeiro em 06 de maio de 1889, com criação do Imperial Colégio Militar pelo decreto 10.202; no mesmo ano, após a Proclamação da República, passou a ser denominado Colégio Militar do Rio de Janeiro e destinados aos órfãos e filhos de militares de acordo com o Art. 1º § 1º do REGULAMENTO DO COLÉGIO MILITAR.

Interno dos Colégios da Polícia Militar foi possível montar um organograma para a melhor compreensão e que nos permite avaliar de maneira clara o conflito entre o discurso governamental e estrutura hierarquizada comuns das instituições militares (figura 1)



Ao observarmos a distribuição dos cargos e das responsabilidades dentro da esfera estatal que existe uma distribuição hierárquica a ser seguida e ainda de acordo o Regimento Interno os cargos de chefia estão concentrados dentro da esfera da Polícia Militar e esta se encarrega de designar os funcionários civis cedidos pela SEDUCE (Secretaria de Estado de Educação) através do Termo de Cooperação⁶. Com base na hierarquia militar dos CPMGs, demonstrada no organograma acima, podemos perceber que no chamado “Estado Maior” dos CPMGs, nenhum cargo é ocupado por professores, cabendo a estes, o papel secundário na promoção da educação nas escolas da Polícia Militar.

⁶ Termo de cooperação técnico pedagógico celebrado entre as Secretarias Estaduais de Segurança e de Educação. De acordo com a Lei nº 14.044/2001 no Art. 2º. As unidades do Colégio da Polícia Militar serão submetidas à supervisão da Secretaria da Educação, que a mesma proverá de recursos humanos, logísticos e do apoio necessário ao seu funcionamento, mediante convênio.

A questão paradoxal ao projeto de militarização é a cobrança de taxa realizada por essas escolas e que se tornou alvo de inúmeras críticas por parte da comunidade escolar, professores e associação de pais e alunos. Nesse sentido por ser tratar de instituições custeadas com o dinheiro público essa cobrança se torna indevida, pois os prédios das escolas já estão construídos, cuja manutenção também é feita pelo Estado, que também paga os professores ferindo também os dispositivos legais da Lei de Diretrizes e Bases – LDB/1996 (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996) que versa sobre o ensino público e gratuito como uma das responsabilidades do Estado. Contudo a Polícia Militar denomina essa cobrança de “contribuição voluntária”, não obrigatória e é destinada para prover as despesas gerais com escopo de melhorar a qualidade do serviço do CPMG, de acordo com o Regimento Interno que versa sobre a contribuição:

Art. 147. São contribuições voluntárias doadas pelos pais ou responsáveis pelos alunos: § 1º Contribuição esporádica, mediante solicitação e destinação prévia, com material de uso geral ou pedagógico destinada a prover a seção de Recursos Didáticos e Serviços Gerais. § 2º Contribuição voluntária feita por cada pai ou responsável pelos alunos, durante o ano letivo, destinada a prover as despesas gerais do CPMG para a melhoria do ensino. (Regimento Interno do CPMG, 2015: 47).

Outra diferença seria o modelo de ingresso de novos alunos nas escolas e a reserva de 50% das vagas a serem destinadas aos filhos de policiais militares e os outros 50% destinados ao sorteio público aberto à comunidade estudantil mediante inscrição para a participação do processo seletivo. Assim sendo o governo entra em contradição novamente, na medida a reserva de vagas obriga àqueles alunos que não foram sorteados a procurarem outra escola contrariando o que diz o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que falam sobre o direito que o aluno tem de se matricular em uma escola próxima a sua casa, estará ameaçado

Entre outras características, a proposta pedagógica dos CM prioriza princípios e práticas de um ensino moderno e atual, embora tenha como base valores tradicionais:

Os Colégios têm como meta levar seus alunos à descoberta das próprias potencialidades, à autorrealização, à qualificação para o trabalho e prepará-los para a vida como cidadãos, educados conforme os valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro. (COLÉGIO MILITAR BRASIL, 2014).

Verifica-se, portanto, que o novo modelo de gestão militarizada das escolas públicas, apesar de exibir melhorias nos índices de evasão, distorção idade-série e nas

avaliações externas, não foi concebido para ser universalizado. Neste sentido, mantém-se com uma rede de escolas, no interior de rede mais ampla, com uma gestão diferenciada que não se propõe a ser ampliada para todas as escolas brasileiras. No entanto, as bases conservadoras as quais estão submetidos os discentes matriculados nas escolas geridas sob este modelo pode servir como um farol para reformas cada vez mais reacionárias na educação brasileira.

CONCLUSÃO

O artigo conclui que esse movimento de transferência das escolas públicas no estado de Goiás tem seduzido grande parte da sociedade civil, devido à melhora substancial no desempenho dos exames nacionais, a diminuição dos casos de violência dentro e fora da escola e que são defendidas pelo governo estadual como exemplo de sucesso. Somado a isso a mídia exerce uma importante influência no processo de criação de um consenso, como mecanismo de difusão desse novo modelo gestão. Nesse sentido existe esse movimento dos canais midiáticos que corroboram para aceitação social do projeto neoliberal na medida em que formam cidadãos adestrados e conformados para o trabalho simples somado a uma consciência acrítica que servirá a uma ordem voltada para os interesses da classe dominante detentora dos meios de produção com o agravante de nem sem se aperceberem disso.

Na medida em que o espaço público materializado na escola pública, passa a ser estruturado de forma militarizada, sob a égide da disciplina e hierarquia, o novo modelo gestão militar aprofunda ainda mais o dualismo histórico pela qual a educação brasileira vem sendo constituída, servindo aos interesses do capital através de uma elite burguesa e que evidenciam de forma latente dois tipos de formação: uma voltada para formação dos filhos da classe trabalhadora e outra para elite. Onde a primeira funciona como uma política de conformação das massas em que a Polícia Militar é deslocada do seu eixo funcional para o qual ela foi criada, para ainda assim servir instrumento de controle utilizado pelo Estado na medida em que submete os discentes a padrões de comportamento tendo em vista que a relação de poder imposta hierarquicamente também contribui para a omissão de violências numa política de docilização dos corpos e controle social.

Tendo como abordagem metodológica o materialismo histórico, o excuro deste trabalho é, assim, parte constitutiva que possui em seu cerne uma profunda reflexão sobre esse movimento conservador que vem adentrando na escola pública e se materializando sob a forma de políticas públicas ressignificando o papel do

Estado, que transfere para outra esfera a responsabilidade da educação básica. Nesse sentido podemos perceber que a parte mais afetada são os estudantes, os pais e os profissionais da educação. Uma educação de qualidade não se faz apenas com infraestrutura adequada e com estudantes aprovados em testes e vestibulares. Devemos pensar para além das aprovações nos exames nacionais será preciso uma reflexão sobre o que se pretende com esse tipo de formação, para quê e para quem se pretende formar. A formação como a entendemos não se limita aos processos de disciplina, treinamento e condicionamento.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E. Escola Pública e Pobreza no Brasil: A Ampliação para menos. Rio de Janeiro. Lamparina, Faperj, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995. Revista Brasileira do Direito Público – RDB, Belo Horizonte, ano 6, n.23,p.145-186.

COMANDO DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR – GO. Regimento Interno do Colégio da Polícia Militar de Goiás. Disponível em:<http://cpmganapolis.net/wpcontent/uploads/2015/05/regimento_interno.pdf> Acessado em 15/01/2017.

CMB. *Histórico do Colégio Militar de Brasília*. <http://www.cmb.ensino.eb.br/index.php/informacoes-uteis-sobre-o-cmb/historico-docolegio-militar-de-brasilia>. Acesso em 15/01/2017.

GOIÁS. Lei nº 14.044, de 21 de dezembro de 2001: dispõe sobre as unidades do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás (CPMG). D.O de 26 de dezembro de 2001.

_____. Lei nº 14.050, de 21 de dezembro de 2001: dispõe sobre a criação, instalação e transferência de Unidades na Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. D.O de 26 de dezembro 2001.

_____. Lei nº 16.152, de 26 de outubro de 2007: promove a fusão das Unidades Escolares da Secretaria da Educação e da Polícia Militar que especifica. D.O de 12 de novembro de 2007.

_____. Lei nº 18.342, de 30 de dezembro de 2013: dispõe sobre a criação, na Polícia Militar do Estado de Goiás, da unidade que especifica e dá outras providências. D.O de 31 de dezembro de 2013.

_____. Lei nº 18.556, de 25 de junho de 2014: dispõe sobre a criação do Colégio da Polícia Militar de Goiás –CPMG– que menciona e dá outras providências. D.O de 26 de junho de 2014.

_____. Lei nº 18.967, de 22 de julho de 2015: dispõe sobre a transformação das unidades de ensino que especifica em Colégios Militares e dá outras providências. D.O de 24 de julho de 2015.

GOVERNODO ESTADODE GOIÁS. Gabinete da Casa Civil. LEI Nº 8.033, DE 02 DEZEMBRO DE 1975. <<http://www.pm.go.gov.br/index.php?link=37&t=24&id=73464>>. Acessado em 17/03/2017.

GRAMSCI, Antonio. O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Leitores). 375p.

HOBBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o Breve século XX(1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

MESZÁROS, Istévan. A Crise estrutural do Capital. 1. Ed. São Paulo :Boitempo,2009.

TIRADENTES, A. de F. dos S. Pedagogia do Mercado: Neoliberalismo, Trabalho e Educação no Século XXI. 1ªEd. Rio de Janeiro: IbisLibris, 2012